



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 1866633/2023 - SECAO DE TRANSPORTE

Conforme processo eletrônico nº 7002307-71.2021.8.08.0000, as contratações devem ser precedidas de Estudos Técnicos Preliminares (ETP's), atendendo ao disposto na Lei nº 14.133/2021 e na Instrução Normativa nº 40/2020, tal como estabelece a Norma Introdutória NP 01.

Objetivando subsidiar a elaboração do ETP, importante examinar os normativos (normas, regras, preceitos e legislações) que disciplinam os materiais/equipamentos a serem adquiridos, de acordo com sua natureza, além de analisar as aquisições anteriores do mesmo objeto, a fim de identificar as inconsistências ocorridas nas fases de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e recebimento e utilização dos materiais/equipamentos.

Orientações para elaboração do Estudo Técnico Preliminar, encontram-se disponíveis na Intranet do PJES, em ["Norma de Procedimentos" - Formulários da NP 01](#) - Sistema de Compras, Licitações e Contratos.

1- INFORMAÇÕES BÁSICAS:

Número do processo administrativo:

7009500-69.2023.8.08.0000

Área requisitante:

Área Requisitante	Responsável
Seção de Transporte	Emanuel Silva de Mello

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO:

O presente estudo tem como objetivo subsidiar a tomada de decisão por parte da autoridade competente sobre a contratação de seguro veicular para a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - TJES, em conformidade com o disposto no artigo 6º, inciso XX da Lei nº 14.133/21 para atender às necessidades do órgão nos termos a seguir expostos.

A contratação de seguro de veículo pela Administração Pública visa resguardar o patrimônio público, que, numa perspectiva subjetiva, é formado pelos bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno.

A Contratação de seguro visa garantir a proteção do interesse do TJES em relação aos veículos contra os resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem, além de zelar pelo patrimônio público, conforme preconizado pelo princípio constitucional da eficiência.

O atual o Contrato nº CF008/2023 [1511041], Apólice 01.31.0110550.000000 [1520321], não poderá ser renovado, pois não há interesse da Contratada [1866582]. Diante disso, será necessário uma nova contratação.

3- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

As apólices a serem contratadas pelo TJES deverão contemplar no mínimo coberturas contra sinistros, colisão, furtos, indenização inerente a danos materiais e morais, tanto próprio quanto de terceiro prejudicado, e ainda, cobertura para reparo de retrovisores, faróis, lanternas e vidros. No âmbito interno do TJES, a Resolução 026/2009 disciplina a aquisição, a locação (se for o caso) e o uso de veículos oficiais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Em complemento, a contratação do seguro visa garantir a salvaguarda do patrimônio, em caso de resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem por completo. Nesse sentido, a empresa contratada deverá seguir as regras e os critérios conforme a Circular SUSEP N° 639, de agosto de 2021 e a Circular SUSEP N° 621, de fevereiro de 2021.

Além disso, a contratação visa garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os bens, materiais e serviços. A contratação visa ressarcir, em curto prazo, os altos custos de reparo de veículos envolvidos em acidentes, roubos, furtos, colisões e outros, assim como o valor de mercado destes veículos nos casos de sinistro que implique perda total.

Para o bom atendimento da legislação atinente às melhores práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito das contratações públicas, a presente contratação poderá, sem restrição do caráter competitivo, exigir que as apólices sejam encaminhadas em meio eletrônico, a fim de evitar a impressão de papel.

3.1. DA COBERTURA:

- Cobertura Casco: 100% tabela FIPE
- Danos Materiais por veículo - R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais);
- Danos Pessoais por veículo - R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais);
- Acidente Pessoal Passageiro (morte) - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por pessoa;
- Acidente Pessoal Passageiro (invalidez) - R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por pessoa;
- Assistência 24 horas a todos os veículos segurados, disponível no território nacional.

4- LEVANTAMENTO DO MERCADO:

Foram realizadas pesquisas de mercado a fim de verificar quais as práticas existentes disponíveis, bem como aquelas adotadas atualmente pelos órgãos públicos no que tange ao objeto contratual, de forma a aperfeiçoar a contratação do TJES em um método que atenda da melhor forma possível a instituição, dentro de padrões orgânicos de razoabilidade e economicidade aceitáveis.

Quanto às opções disponíveis no mercado, os serviços a serem contratados podem ser prestados por diversas empresas, uma vez que os serviços são considerados de natureza comum, haja vista se tratar de serviços cuja escolha pode ser feita tão somente com base nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, além de serem encontráveis amplamente no mercado.

No âmbito da administração pública, verifica-se que o Tribunal Superior do Trabalho, por meio do Pregão eletrônico nº 30/2022-A, licitou o referido o objeto para cobertura de veículos de sua propriedade.

Outro órgão que serve de parâmetro é o Superior Tribunal Federal, Pregão eletrônico nº 80/2018 para contratação de seguradora a fim de resguardar a frota de veículos pertencentes àquele órgão.

Assim como o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que possui o Contrato nº 05/2023 de serviços de seguro total a fim de resguardar a frota de veículos pertencentes ao órgão.

Desta forma, verifica-se ser comum a contratação de seguro total para resguardar o patrimônio no âmbito de órgão públicos, além de mais vantajoso para a Administração.

O seguro na modalidade parcial foi desenvolvido pelas seguradoras com o foco na pessoa física para tentar reduzir o valor do seguro total, desta forma, esta modalidade apresenta a cobertura parcial de acordo com o perfil e utilização do veículo.

Em complemento, o seguro na modalidade parcial, apresenta característica marcante na personalização do usuário, não apresenta cobertura total, cada empresa apresenta um tipo de cobertura, não sendo padrão no mercado, além disso, visa uma análise técnica minuciosa de acordo com cada veículo, (estado de conservação, modelo, ano), condutores (idade dos condutores), localização das garagens, análise dos, possíveis, percursos a serem percorridos dentre outras peculiaridades.

E por se tratar de uma exceção à regra, percebe-se que o objeto do contrato pode apresentar um custo maior e uma lentidão para a análise de cada unidade veicular, já que os participantes do processo podem não apresentar interesse neste critério de seguro. Ademais, a pesquisa de campo realizada por esta Seção não encontrou nos órgãos pesquisados a modalidade de seguro parcial.

Nesse sentido, esta Seção sugere para a Administração não optar por esta modalidade de seguro parcial, pois apesar de não haver dado estatístico preciso, e por se tratar de uma modalidade desenvolvida para atender as pessoas físicas, e alinhado na pesquisa com os órgãos mencionados neste Estudo Preliminar é nítida a opção pelo seguro na modalidade total, uma vez que os veículos são utilizados no formato rotativo com o rodízio diário de vários condutores. Portanto, o seguro parcial se torna inviável para o TJES.

A contratação de seguro total apresenta ser a solução mais viável de forma a garantir e resguardar o patrimônio público quanto aos veículos institucionais e o ressarcimento de danos a pessoas.

O seguro total cobre casos de roubo, furto, incêndio, acidentes de trânsito, danos materiais e corporais causados a terceiros, assistência de 24 horas. O seguro parcial cobre apenas furto, roubo e incêndio.

Considerando o exposto, e ainda considerando a natureza do serviço e sua essencialidade e a finalidade de garantir a continuidade dos serviços relacionados ao transportes, pode-se afirmar que o seguro total é a melhor opção para o órgão, haja vista sua ampla cobertura, de forma que as apólices a serem contratadas pelo TJES deverão contemplar no mínimo coberturas contra sinistros, colisão, furtos, indenização inerente a danos materiais e morais, tanto próprio quanto de terceiro prejudicado, e ainda, cobertura para reparo de retrovisores, faróis, lanternas e vidros. Tais itens deverão constar detalhadamente no Termo de Referência.

5- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A contratação de Seguro Total par a61 (sessenta e um) veículos do TJES, contra os resultados negativos da ocorrência de um furto ou de um acidente que avarie o bem. O seguro a ser contratado proporcionará diversos serviços básicos e adicionais, tais como assistência 24 horas, Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCFV), acidentes pessoais de passageiros ou ocupantes e aplicação de bônus de seguro, visando sempre zelar pelo patrimônio público, conforme preconizado pelo princípio constitucional da eficiência.

O seguro total deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada, localizada na Grande Vitória e indicada pelo licitante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme abaixo:

- a. Roubo ou furto total, bem como danos causados por tentativa de roubo ou furto;
- b. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
- c. Raio e suas consequências;
- d. Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- e. Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- f. Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado;

- g. Submersão total ou parcial em água, inclusive proveniente de enchentes ou inundações; e/ou quando guardado em subsolo;
- h. Granizo, ventos fortes, terremoto e demais eventos afins;
- i. Acidente envolvendo o veículo segurado com veículos de servidores da contratante, dentro de suas dependências;
- j. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
- k. Quebra de para brisas, total ou parcial, vidros laterais, vidro traseiro, retrovisores, faróis e/ou lanternas.
- l. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).
- m. Acidentes Pessoais por Passageiros – APP.
- n. Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica;
- o. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:
- p. Chaveiro;
 - Socorro mecânico emergencial no local;
 - Troca de pneus;
 - Reboque ou transporte do veículo segurado com Km ilimitado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, de qualquer lugar do Brasil até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, localizada na Região da Grande Vitória no Espírito Santo.
 - Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado;
 - Transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

5.1.2. As coberturas oferecidas pela CONTRATADA que não estiverem listadas neste **Termo de Referência** farão parte do contrato.

6- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Contratação de seguro total para 61 (Sessenta e um) veículos que pertencem à frota deste Egrégio Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES).

7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado foi baseado nos valores dos contratos vigentes:

Número	Processo SEI	Objeto	Valor
CF008/2023	7007218-92.2022.8.08.0000	Seguro de 65 veículos	R\$ 37.900,00

8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

No entendimento do Tribunal de Contas da União, a Administração deve priorizar o critério de adjudicação do objeto por itens. A Súmula TCU 247/2004 dispõe:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade

para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

Porém, o histórico de contratações deste serviço em anos anteriores, deixou evidente a vantajosidade econômica e operacional para a Administração com a contratação por preço global, que propicia um maior ganho de escala, dado ao maior escopo da contratação, resultando em maior interesse por parte das Seguradoras e maior economia para a Administração.

Finalizando, diante das peculiares circunstâncias do caso concreto considerou-se que a licitação por itens isolados poderia trazer indesejáveis riscos à administração pública, mostrando-se adequado, pois, a contratação por preço global.

9 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica

10- ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Em relação aos instrumentos de planejamento do órgão, a presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Planejamento Estratégico e no PPA 2020-2023, lei nº 11.095/2020, que disciplina sobre o Plano Plurianual:

Planejamento estratégico:

8. 5 - Objetivo: DISPOR DE INFRAESTRUTURA QUE SATISFAÇAM AS EXIGÊNCIAS OPERACIONAIS.

Plano de Programas PPA

Ação 2078 – Efetividade na Prestação Jurisdicional.

11- RESULTADOS PRETENDIDOS

Assegurar cobertura total aos veículos da frota própria do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, em caso de eventuais sinistros, proporcionando assim, maior tranquilidade aos seus condutores e garantia na recuperação do investimento em caso de sinistro.

12- PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não serão necessárias providências para adequação do ambiente do órgão para a execução dos serviços da presente contratação.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Não há, pela especificidade da contratação.

14- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Esta equipe declara **viável** a presente contratação nos moldes propostos, pelos motivos já expostos.

15- ANEXOS

16- RESPONSÁVEIS

Indicar nome, cargo, matrícula e e-mail dos responsáveis pela elaboração do ETP.



Documento assinado eletronicamente por **EMANUEL SILVA DE MELLO, TECNICO JUDICIARIO AE TECNICO EM MECANICA**, em 30/11/2023, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VITOR ROCHA DANNEMANN, COORDENADOR DE SERVICOS GERAIS**, em 30/11/2023, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1866633** e o código CRC **BEC48702**.

7009500-69.2023.8.08.0000

1866633v5